

Ana Mônica Anselmo de Amorim
Monaliza Maelly Fernandes Montinegro De Morais

Litigância Estratégica na Defensoria Pública

COLEÇÃO
*Escrevendo a
Defensoria Pública*

COORDENAÇÃO
**Caio Paiva e
Franklyn Roger**

2019

3
volume

EDITORA
CEI

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Apresentação	7
Glosário.....	16
1 - Considerações introdutórias defensoriais.....	17
2 - Defensoria Pública como instituição vocacionada para promoção dos direitos humanos.....	21
2.1 - A formação da Defensoria Pública na Constituição Federal como “instrumento e expressão do regime democrático”	23
2.2 - A Defensoria Pública no sistema interamericano de direitos humanos.....	31
2.3 - Defensoria Pública: a porta de entrada para o acesso à Justiça: ..	35
3 - Noções básicas de Direitos Humanos.....	39
4 - Litigância estratégica em direitos humanos	42
4.1 - Noções conceituais e históricas da litigância estratégica.....	42
4.2 - Caminhos para uma efetiva atuação estratégica.....	53
5 - Como a Defensoria Pública pode atuar estrategicamente na promoção dos direitos humanos?.....	57
5.1 - A quem serve a litigância estratégica da Defensoria Pública?.....	59
5.2 - Técnicas de litigância estratégica dentro da Defensoria Pública. 65	
5.2.1 - Instrumentos de atuação extrajudicial	67

a) Diálogos Administrativos.....	70
b) Recomendações.....	73
c) Termo de Ajustamento de Condutas.....	76
d) Procedimento para Apuração de Dano Coletivo (PADAC) e o poder de requisição	79
e) Mediação	82
5.2.2 - Educação em Direitos	84
5.2.3 - Uso dos Meios de Comunicação	92
a) Comunicação para a cidadania e o diálogo com o público por meio das ouvidorias.....	93
b) Comunicação para a opinião pública	95
c) Comunicação com foco no processo judicial	96
5.2.4 - Audiências Públicas	97
5.3 - Atuação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos	100
5.4 - Litigância Estratégica no Âmbito Judicial	104
5.4.1 - O discurso oral e discurso escrito como ferramentas de persuasão no processo judicial:	105
5.4.2 - Atuação da Defensoria Pública nas ações de natureza coletiva – Instrumentos de atuação judicial	107
a) Ação Civil Pública.....	108
b) Mandado de Segurança Coletivo	113
c) Mandado de Injunção Coletivo.....	116
d) Pedido de Suspensão de Segurança.....	119
e) Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa	121
f) Ação Popular.....	122

g) Habeas Corpus Coletivo.....	123
5.4.3 - Atuação defensorial enquanto custos vulnerabilis (guardião dos vulneráveis).....	131
5.4.4 - Atuação defensorial nas ações de natureza possessória coletiva.....	135
5.4.5 – Intervenção defensorial como amicus curiae (amigo da corte).....	137
6 - Defensoria Pública e litigância estratégica em direitos humanos: problemas, desafios e soluções.....	142
Referências	152
Sites Consultados (casos práticos).....	156